



Inclusão Social

Inclusão e
exclusão social

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário Especial de Direitos Humanos

Paulo de Tarso Vannuchi

Programa Ética e Cidadania
construindo valores na escola e na sociedade

Inclusão e exclusão social

Módulo 4
Inclusão Social

Programa de Desenvolvimento
Profissional Continuado

Secretária de Educação Básica - SEB/MEC

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC

Daniel da Silva Balaban

Diretora de Políticas de Ensino Médio - DPEM/SEB/MEC

Lucia Helena Lodi

Coordenação do Projeto

Lucia Helena Lodi

Equipe Técnica - DPEM/SEB/MEC

Maria Marismene Gonzaga

Organização

FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP)

Consultores

Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

Equipe de elaboração

Ulisses F. Araújo, Valéria Amorim Arantes, Ana Maria Klein e Eliane Cândida Pereira

Revisão

Maria Helena Pereira Dias, Ana Lucia Santos (preparação)

Coordenação de Arte

Ricardo Postacchini

Diagramação

Camila Fiorenza Crispino

Tiragem 40 mil exemplares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500
CEP: 70.047-900 - Brasília - DF
Tel. (61) 2104-8177/2104-8010
<http://www.mec.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Programa Ética e Cidadania : construindo valores na escola e na sociedade : inclusão e exclusão social / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado
Conteúdo: Inclusão e exclusão social – módulo 1: Ética – módulo 2: Convivência Democrática – módulo 3: Direitos Humanos – módulo 4: Inclusão Social
ISBN 978-85-98171-73-9

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Violência na escola. 6. Relações sociais na escola. 7. Igualdade de oportunidades. I. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. II. Araújo, Ulisses F. III. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 37.014.53

Inclusão Social

Módulo 4

Inclusão e
exclusão social

Sumário

Introdução	7
Identidade, e diferenças e o paradigma de inclusão	11
Descaso social.....	19
Diálogo Nacional para uma política pública de juventude	33

Inclusão Social

Introdução

Inclusão e
exclusão social

*As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual.**

Em paralelo e integrado aos processos de democratização da sociedade brasileira, são inegáveis os avanços que vêm sendo obtidos no caminho da inclusão de todas as pessoas nas escolas. Desde os movimentos políticos e sociais que lutam para que 100% de nossas crianças ingressem e concluam a educação básica, passando pelos movimentos inclusivos que defendem o acesso das pessoas com deficiência na escola, até alcançar movimentos sociais que lutam pelo direito a uma educação de qualidade para grupos étnico-raciais diferentes, o Brasil vem galgando espaços significativos na melhoria das condições de acesso à educação.

É inegável, porém, que nossas escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais, dos mais diversos tipos. A resistência em mudar o paradigma que sustenta um perfil excludente de educação, em que as “categorizações” das pessoas por suas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero reforçam conflitos e violências físicas e simbólicas, e tornam-se entraves para a constituição da inclusão educacional.

A escola precisa mudar e não os alunos e as alunas. Ela precisa ser ressignificada de acordo com o paradigma de ética, cidadania e democracia que sustenta os movimentos inclusivos. Tais mudanças, concomitantes àquelas porque passa a sociedade em geral, supõem uma abertura à pluralidade e à diversidade das pessoas que convivem nos espaços educativos, dirigindo o foco dos conteúdos, dos métodos e das relações humanas para a aprendizagem dos estudantes e não apenas para o ensino de temáticas descontextualizadas da sociedade contemporânea e de suas vidas.

*Barth, R. A personal vision of a good school. *Phi Delta Kappan*, n. 71, p. 512-571, 1990.



São as mudanças nessa direção que devem permitir um segundo grande passo nos processos de democratização. Se o primeiro passo foi a luta pelo acesso, em que os resultados já são visíveis, o segundo está na conquista da qualidade da educação para cada um e para todas as pessoas, de forma a consolidar a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos. Dessa maneira, estaremos combatendo as exclusões em suas distintas formas de manifestação.

Neste segundo movimento estamos caminhando a passos lentos, e é papel dos(as) educadores(as) comprometidos(as) com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz atuar na construção de um novo paradigma educacional, inclusivo.

O *Programa Ética e Cidadania* pretende trazer para o centro das preocupações do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania as principais temáticas relacionadas à inclusão e à exclusão social, focando principalmente suas repercussões no âmbito escolar. O objetivo é contribuir para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas, abertas às diferenças e voltadas para os interesses e necessidades de todos os seres humanos.

Com este módulo que foca a inclusão social e seu reverso, a exclusão, o Programa pretende fornecer bases conceituais e metodológicas para que profissionais da educação e membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania possam estudar e desenvolver projetos acadêmicos sustentados na pluralidade e complexidade da vida cultural, natural e social.

O material apresentado a seguir começa com excertos do livro *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*, de Maria Teresa Eglér Mantoan (Moderna, 2003). Para o trabalho com outras linguagens, propõe-se a exibição do curta-metragem de animação *Ratos de rua*, de Rafael de Paula Rodrigues. Para encerrar o módulo, apresenta-se a história em quadrinhos *Cris Córner*. A personagem é uma adolescente de 16 anos que sofre de epilepsia e, diante desse fato, enfrenta preconceitos e estigma social.



Inclusão Social

Identidade, diferenças e o paradigma de inclusão

Inclusão e
exclusão social

O que é uma crise de paradigma? Admitindo que se trata de uma crise de concepção, de visão de mundo, no texto que se segue a autora Maria Teresa Eglér Mantoan adentra o paradigma da inclusão, discorrendo sobre a necessidade de se traçar uma nova organização da instituição escolar, com vista ao pleno acolhimento das diferenças. Salientando que nem todas as diferenças inferiorizam as pessoas, conclui o texto defendendo o direito de sermos diferentes e iguais: diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e iguais quando a diferença nos inferioriza. Nesse contexto, situa a inclusão como produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Sua leitura e discussão poderão dar subsídios para se reorganizar os espaços, tempos e relações na instituição escolar, na busca de uma escola aberta às diferenças.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. p. 13-20 e 27-34.

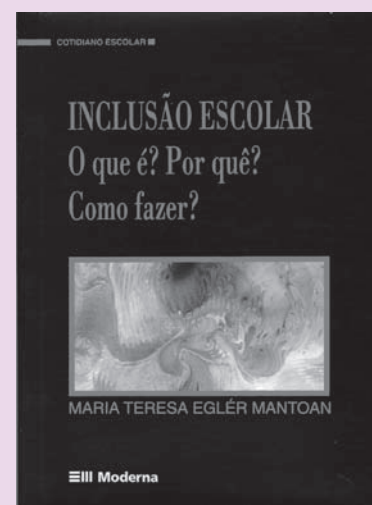
1. Inclusão escolar: o que é?

Crise de paradigmas

O mundo gira e, nessas voltas vai mudando, e nessas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos disso. Há, contado, os mais sensíveis, os que estão de prontidão, “plugados” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando antevêm o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida.

Esses pioneiros – as sentinelas do mundo – estão sempre muito perto e não têm muitas saídas para se esquivar do ataque frontal das novidades. São essas pessoas que despontam nos diferentes âmbitos das atividades humanas e que num mesmo momento começam a transgredir, a ultrapassar as fronteiras do conhecimento, dos costumes, das artes, inaugurando um novo cenário para as manifestações e atividades humanas a qualquer custo porque têm clareza do que estão propondo e não conseguem se esquivar ou se defender da força das concepções atualizadas.

Ocorre que, saibamos ou não, estamos sempre agindo, pensando, propondo, refazendo, aprimorando, retificando, excluindo, ampliando segundo paradigmas.



Conforme pensavam os gregos, os paradigmas podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Podem também ser entendidos, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não dão mais conta dos problemas que temos de solucionar. Assim Thomas Kuhn, em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, e outros pensadores, como Edgar Morin, em *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*, definem paradigma.

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas.

O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante.

Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança.

É o que estamos vivendo no momento.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo.

É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação.

[...]

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

O tecido da compreensão não se trama apenas com os fios do conhecimento científico. Como Santos (1995) nos aponta, a comunidade acadêmica não pode continuar a pensar que só há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia e que, no fundo, todo o resto é um saber vulgar, um senso comum que ela contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento. A idéia de que nosso universo de conhecimento é muito mais amplo do que aquele que cabe no paradigma da ciência moderna traz a ciência para um campo de luta mais igual, em que ela tem de reconhecer e se aproximar

de outras formas de entendimento e perder a posição hegemônica em que se mantém, ignorando o que foge aos seus domínios.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

O pensamento subdividido em áreas específicas é uma grande barreira para os que pretendem, como nós, inovar a escola. Nesse sentido, é imprescindível questionar este modelo de compreensão que nos é imposto desde os primeiros passos de nossa formação escolar e que prossegue nos níveis de ensino mais graduados. Toda trajetória escolar precisa ser repensada, considerando-se os efeitos cada vez mais nefastos das hiperespecializações (Morin, 2001) dos saberes, que nos dificultam a articulação de uns com os outros e de termos igualmente uma visão do essencial e do global.

O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição, contextualização e integração de saberes em redes de entendimento, não reduz o complexo ao simples, tornando maior a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções.

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Essa reviravolta exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes iguais X diferentes, normais X deficientes – e, em nível pessoal, que busquemos articulação., flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos. Essas atitudes diferem muito das que são típicas das escolas tradicionais em que ainda atuamos e em que fomos formados para ensinar.

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Chegamos a um impasse, como nos afirma Morin (2001), pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

[...]

2. Inclusão escolar: Por quê?

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social- alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como malnascido e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

As soluções sugeridas para se reverter esse quadro parecem reprisar as mesmas medidas que o criaram. Em outras palavras, pretende-se resolver a situação a partir de ações que não recorrem a outros meios, que não buscam novas saídas e que não vão a fundo nas causas geradoras do fracasso escolar. Esse fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu.

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas - sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais.

Focalizei o porquê da inclusão a partir de três questões que são o alvo das iniciativas inclusivas, nas suas pretensões de “revitalizar” a educação escolar. Abordaremos cada uma delas a seguir.

A questão da identidade X diferença

Embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas nossas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos. Ou, mais precisamente: as propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todos os demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar?

Ao avaliarmos propostas de ação educacional que visam à inclusão, encontramos habitualmente, nas orientações dessas ações, dimensões éticas conservadoras. Essas

orientações, no geral, expressam-se pela tolerância e pelo respeito ao outro, que são sentimentos que precisamos analisar com mais cuidado, para entender o que podem esconder em suas entranhas.

A tolerância, como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quem tolera. O respeito, como conceito, implica um certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las.

Nessas orientações, entendem-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fossem marcas indelévels, as quais só nos cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho e outras tantas mais.

Consoante esses pressupostos é que criamos espaços educacionais protegidos, à parte, restritos a determinadas pessoas, ou seja, àquelas que eufemisticamente denominamos Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).

A diferença, nesses espaços, “é o que o outro é” – ele é branco, ele é religioso, ele é deficiente, como nos afirma Silva (2000), *é o que está sempre no outro*, que está separado de nós para ser protegido ou para nos protegermos dele. Em ambos os casos, somos impedidos de realizar e de conhecer a riqueza da experiência da diversidade e da inclusão. A identidade “é o que se é”, como afirma o mesmo autor – sou brasileiro, sou negro, sou estudante...

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. A posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos, habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada.

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

É certo que relações de poder presidem a produção das diferenças na escola, mas a partir de uma lógica que não mais se baseia na igualdade como categoria assegurada por princípios liberais, inventada e decretada, *a priori*, e que trata a realidade escolar com a ilusão da homogeneidade, promovendo e justificando a fragmentação do ensino em disciplinas, modalidades de ensino regular ou especial, seriações, classificações, hierarquias de conhecimentos.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos como PNEE, como deficientes. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a “normalização”. Esse processo – a normalização – pelo qual a educação especial tem proclamado o seu poder propõe sutilmente, com base em características devidamente selecionadas como positivas, a eleição arbitrária de uma identidade “normal” como um padrão de hierarquização e de avaliação de alunos, de pessoas. Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la.

Temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, por que não, planetária!

No desejo da homogeneidade, que tem muito em comum com a democracia de massas, destruíram-se muitas diferenças que nós hoje consideramos valiosas e importantes.

Ao nos referirmos, hoje, a uma cultura global e à globalização, parece contraditória a luta de grupos minoritários por uma política identitária, pelo reconhecimento de suas raízes (como fazem os surdos, os deficientes, os hispânicos, os negros, as mulheres, os homossexuais). Há, pois, um sentimento de busca das raízes e de afirmação das diferenças. Devido a isso, contesta-se hoje a modernidade nessa sua aversão pela diferença.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades – nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Então, como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Referências

MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4 ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, B. S. Entrevista com professor Boaventura de Souza Santos. Disponível em <<http://dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven1.htm>>. Acessado em 1995.

SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.



Sugestões de estratégias de trabalho

O texto de Maria Teresa Eglér Mantoan possibilita uma série de ações no âmbito do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania e das salas de aula. Como exemplo, sugerimos um teste que ajuda os membros do Fórum a identificar seu poder de inclusão.



△ Na reunião do Fórum:

Propomos que cada um dos presentes responda ao teste de poder de inclusão criado também pela Prof^ª Maria Teresa Eglér Mantoan, publicado no livro *Humor e Alegria na educação* (Summus, 2006). O teste é simples mas, de acordo com Mantoan, pode ajudar a identificar o vírus da exclusão, latente nas escolas.

O teste, bem como seu gabarito, são apresentados a seguir:

Para esse breve exame, as regras são:

1. Colocar-se na condição dos professores(as) que aqui apresentaremos.
2. Escolher a alternativa que você adotaria em cada caso, mas sem pensar muito, respondendo com o que vem mais rápido à cabeça.
3. Descobrir e aprender mais sobre si mesma(o).

Responda às questões e confira.

1. A professora Sueli procura incluir um aluno com deficiência mental em sua turma de 1^a série. Tudo caminha bem em relação à socialização desse educando, mas diante dos demais colegas o atraso intelectual do aluno é bastante significativo.

Nesse caso, como você resolveria a situação?

- (A) Encaminharia o aluno para o atendimento educacional especializado oferecido pela escola?
- (B) Solicitaria a presença de um professor auxiliar ou itinerante para acompanhar o aluno em sala de aula?
- (C) Esperaria um tempo para verificar se o aluno tem condições de se adaptar ao ritmo da classe ou precisaria de uma escola ou classe especial?

2. Júlia é uma professora de escola pública que há quatro anos leciona na 2ª série. Há um fato que a preocupa muito atualmente: o que fazer com alguns de seus alunos, que estão cursando pela terceira vez aquela série?

Para acabar com suas preocupações, qual seria a melhor opção?

- (A) Encaminhá-los a uma sala de alunos repetentes, para ser mais bem atendidos e menos discriminados?
- (B) Propor à direção da escola que esses alunos sejam distribuídos entre as outras turmas de 2ª série, formadas por alunos mais atrasados?
- (C) Reunir-se com os professores e a diretora da escola e sugerir que esses alunos se transfiram para turmas da mesma faixa etária e até mesmo para as classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), caso algum já esteja fora da idade própria do ensino fundamental?

3. Cecília é uma adolescente com deficiência mental associada a comprometimentos físicos; ela está frequentando uma turma de 3ª série do ensino fundamental, na qual a maioria dos alunos é bem mais nova que ela. A professora percebeu que Cecília está desinteressada pela escola e muito apática.

Qual a melhor saída, na sua opinião, para resolver esse caso?

- (A) Chamar os pais de Cecília e relatar o que está acontecendo, sugerindo-lhes que procurem um psicólogo para resolver o seu problema?
- (B) Avaliar a proposta de trabalho dessa série, em busca de novas alternativas pedagógicas?
- (C) Concluir que essa aluna precisa de outra turma, pois a sua condição física e problemas psicológicos prejudicam o andamento escolar dos demais colegas?

4. Numa 2ª série de ensino fundamental, em que há alunos com deficiência mental e outros com dificuldades de aprendizagem, relacionadas a outros motivos, o professor Paulo está ensinando operações aritméticas. Esses alunos não conseguem acompanhar o restante da turma na aprendizagem do conteúdo proposto.

O que você faria, se estivesse no lugar do professor Paulo?

- (A) Reuniria esse grupo de alunos e lhes proporia as atividades facilitadas do currículo adaptado de Matemática?

- (B) Distribuiria os alunos entre os grupos formados pelos demais colegas e trabalharia com todos, de acordo com suas possibilidades de aprendizagem?
- (C) Aproveitaria o momento das atividades referentes a esse conteúdo para que esses alunos colocassem em dia outras matérias do currículo, com o apoio de colegas voluntários?

5. Fábio é um aluno com autismo que frequenta uma turma de 3ª série. É o seu primeiro ano em uma escola comum e ele incomoda seus colegas, perambulando pela sala e interferindo no trabalho dos grupos.

Que decisões você tomaria para resolver a situação, caso fosse o(a) professor(a) desse grupo?

- (A) Solicitaria à direção da escola que retirasse Fábio da sala, pois o seu comportamento está atrapalhando o desempenho dos demais alunos e o andamento do programa?
- (B) Marcaria uma reunião com o coordenador da escola e solicitaria uma avaliação e o encaminhamento desse aluno para uma classe ou uma escola especial?
- (C) Reuniria os alunos e proporia um trabalho conjunto com a turma em que todos se comprometeriam a manter um clima de relacionamento cooperativo de aprendizagem na sala de aula?

6. Guilherme é uma criança que a escola chama de “hiperativa”. Ele gosta muito de folhear livros de histórias. Ocorre que frequentemente rasga e/ou suja as páginas dos livros, ao manuseá-los sem o devido cuidado.

O que você lhe diria, caso fosse seu (sua) professor(a)?

- (A) “Hoje você não irá ao recreio, porque rasgou e sujou mais um livro.”
- (B) “Vou ajudá-lo a consertar o livro, para que você e seus colegas possam ler esta linda história.”
- (C) “Agora você vai ficar sentado nesta mesinha, pensando no que acabou de fazer.”

7. Norma é professora de uma 4ª série de ensino fundamental e acabou de receber um aluno cego em sua turma. Ela não o conhece bem, ainda. No recreio, propõe à turma um jogo de queimada. É nesse momento que surge o problema: o que fazer com Paulo, o menino cego?

Arrisque uma “solução inclusiva” para esse caso.

- (A) Oferecer-lhe outra atividade, enquanto os demais jogam queimada, fazendo-o entender o risco a que essa atividade o expõe e a responsabilidade da professora pela segurança e integridade de todos os seus alunos.
- (B) Perguntar ao Paulo de quais jogos e esportes ele tem participado e se ele conhece as regras da queimada.
- (C) Reunir a turma para resolver a situação, ainda que na escola não exista uma bola de meia com guizos.

8. Maria José é professora de escola pública e está às voltas com um aluno de uma turma de 5ª série. Ele tem 12 anos, é muito agressivo e mal-educado, desbocado, desobediente e não se submete à autoridade dos professores nem à das demais pessoas da escola; sempre arruma uma briga com os colegas, dentro da sala de aula, ameaçando-os com um estilete.

O que você faria no lugar dessa professora aterrorizada?

- (A) Estabeleceria novas regras de convivência entre todos e, em seguida, analisaria com a turma os motivos que pode nos levar a agir com violência?
- (B) Enfrentaria as brigas, retirando o aluno da sala de aula e entregando-o à direção da escola?
- (C) Tentaria controlar essas situações, exigindo que o menino entregasse o estilete, para que os demais alunos se acalmassem?

9. Sérgio é um aluno surdo. Ele tem 13 anos de idade e frequentou, até o momento, uma escola de surdos. Esse aluno está no seu primeiro dia de aula em uma escola comum. A professora, percebendo que Sérgio não fazia leitura labial, procurou a diretora da escola para questionar a admissão desse aluno em sua turma, uma vez que ele não sabe se comunicar em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Se você fosse a professora de Sérgio, antes de tomar essa atitude:

- (A) Chamaria os pais desse aluno e os convenceria de que a escola de surdos era mais apropriada para às necessidades dele?
- (B) Procuraria saber quais as obrigações e direitos desse aluno e buscaria o recurso adequado à continuidade de seus estudos na escola comum?
- (C) Providenciaria a presença de um intérprete de Libras, solicitando um convênio com uma entidade local especializada em pessoas com surdez?

Conte os pontos e confira o seu poder de inclusão, ou melhor, a sua imunidade ao vírus da exclusão:

- 1 a) 3 b) 2 c) 1
- 2 a) 1 b) 2 c) 3
- 3 a) 2 b) 3 c) 1
- 4 a) 1 b) 3 c) 2
- 5 a) 1 b) 2 c) 3
- 6 a) 1 b) 3 c) 2
- 7 a) 1 b) 2 c) 3
- 8 a) 3 b) 1 c) 2
- 9 a) 1 b) 3 c) 2

Resultado:

De 27 a 23 pontos

Imune à exclusão!

Você está apto(a) a enfrentar e vencer o vírus da exclusão, pois já entendeu o que significa uma escola que acolhe as diferenças, sem discriminações de qualquer tipo. Compreendeu também que a inclusão exige que os professores atualizem suas práticas pedagógicas para que possam oferecer um ensino de melhor qualidade para todos os alunos. Parabéns! Não se esqueça, porém, de que o atendimento educacional especializado deve ser assegurado a todos os alunos com deficiência, como uma garantia da inclusão.

De 22 pontos a 16 pontos

No limite. Você precisa se cuidar!

Atenção, pois você está vivendo uma situação de fragilidade em sua saúde educacional. Cuidado! É preciso que você tome uma decisão e invista na sua capacidade de se defender do vírus da exclusão. Quem fica indeciso entre enfrentar o novo, no caso, a inclusão de todas as crianças nas escolas comuns, e incluir apenas alguns, ou seja, os alunos que conseguem acompanhar a maioria, está vivendo um momento difícil e perigoso. Você está comprometendo a sua capacidade de ensinar e a possibilidade dos alunos de aprender com alegria!

De 15 a 9 pontos

Altamente contaminado.

Tome todas as providências para se curar dos males que o vírus da exclusão lhe causou. Há muitas maneiras de se cuidar, mas a que recomendamos é um tratamento

de choque, porque o estrago é grande! Você precisa, urgentemente, se tratar, mudando de ares educacionais, tomando injeções de ânimo para adotar novas maneiras de atuar como professor(a). Outra medicação recomendada é uma alimentação sadia, muito estudo, troca de idéias, experimentações, ousadia para mudar o seu cardápio pedagógico. Tente colocar em prática o que tem dado certo com outros que se livraram desse vírus tão voraz e readquira o seu poder de profissional competente. Boa recuperação!

“Pérolas” falsas ou verdadeiras?

Como distingui-las, quando o assunto é a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns?

Marque *verdadeiro* ou *falso* e descubra se você é ou não um(a) professor(a) inclusivo(a).

Não seja mais um(a) excluído(a) da escola!

1. As escolas especiais vão acabar, se até os alunos com deficiência grave forem incluídos nas escolas comuns.

Verdadeiro () Falso ()

2. Sem uma preparação anterior e sem conhecimento de como se ensinam os alunos com diferentes tipos de deficiência, mental, física, auditiva, etc., o(a) professor(a) de escola comum não poderá aceitar esses alunos em suas salas de aula.

Verdadeiro () Falso ()

3. Os currículos adaptados não são indicados a alunos com deficiência, quando incluídos em turmas comuns de ensino fundamental.

Verdadeiro () Falso ()

4. Alunos com grandes comprometimentos físicos, mentais, surdez profunda e outros não podem ser incluídos em escolas comuns de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Verdadeiro () Falso ()

5. O ensino especial é garantia da inclusão escolar de alunos com deficiência.

Verdadeiro () Falso ()

6. A escola especial não tem como fim substituir o ensino que é ministrado nas escolas comuns.

Verdadeiro () Falso ()

7. Diversificar o ensino para alguns alunos, como os que têm uma deficiência ou problemas de aprendizagem, não é indicado para que a inclusão escolar desses alunos aconteça.

Verdadeiro () Falso ()

8. A escola que não se sentir preparada pode se negar a receber determinados alunos que tenham uma deficiência.

Verdadeiro () Falso ()

9. O(A) professor(a) deve reconhecer e valorizar diferentes níveis de compreensão nas respostas de seus alunos (com e sem deficiência) a uma mesma pergunta.

Verdadeiro () Falso ()

10. Não é porque o(a) professor(a) ensinou que o aluno deve, automaticamente, aprender. Os alunos com deficiência aprendem como os demais colegas, construindo ativamente o conhecimento.

Verdadeiro () Falso ()

Respostas

1 - Falso

Porque as escolas especiais têm a função de complementar (não substituir) o ensino de pessoas com deficiência, incluídas nas escolas comuns, por meio *do atendimento educacional especializado*. Esse atendimento é completamente diferente do ensino escolar

e deverá ser oferecido, preferencialmente, nas escolas comuns. Mas nada contra o fato de ele ser também oferecido em escolas especiais.

2 - Falso

Porque os(as) professores(as) comuns não são responsáveis pelo ensino de conteúdos especializados para cada tipo de deficiência (código braile, orientação e mobilidade, uso de tecnologia assistiva, ensino de Libras e de português como segunda língua dos surdos, etc.), que são da competência dos(as) professores(as) do ensino especial. Aos professores e professoras do ensino regular compete apenas o ensino dos conteúdos curriculares. Os alunos com e sem deficiência aprendem todos juntos esses conteúdos, quando as práticas escolares não são excludentes.

3 - Verdadeiro

Porque em uma escola inclusiva não se discriminam os alunos com deficiência oferecendo-lhes atividades facilitadas, que têm objetivos limitados e são diferentes das oferecidas aos seus colegas. As atividades devem ser diversificadas para que todos os alunos possam escolhê-las e realizá-las, livremente.

4 - Falso

Porque pela Constituição de 1988 todos os(as) brasileiros(as), incondicionalmente, têm direito à educação, dos 7 aos 14 anos, faixa etária em que o ensino escolar é obrigatório. Não há nada que impeça esses alunos de freqüentar as escolas comuns, em todas as etapas do ensino básico e no ensino de nível superior. Todos nós aprendemos com a experiência da diferença entre colegas de turma!

5 - Verdadeiro

Porque a nossa Constituição, que garante o ensino regular a todos os brasileiros, também assegura aos alunos com deficiência o *atendimento educacional especializado*. Esse atendimento é complementar e diferente do que é ensinado nas salas de aula comuns, e oferecido por professores do ensino especial – uma modalidade que não substitui ensino regular.

6 - Verdadeiro

Insistimos nessa situação, porque precisamos ter muito claro que as escolas especiais não devem continuar ministrando ensino escolar especializado, como acontece, habitualmente. Elas devem se dedicar à prestação do *atendimento educacional especializado*.

7 - Verdadeiro

Porque em uma escola inclusiva o(a) professor(a) não diversifica o ensino, mas as atividades que propõe a todos os alunos, com e sem deficiência, na sala de aula.

8 - Falso

Porque pela nossa Constituição não se pode negar ou fazer cessar matrícula escolar de qualquer aluno, especialmente quando o motivo é a deficiência.

9 - Verdadeiro

Porque, ao contrário do que a maioria dos(as) professores(as) pensa, ensinar é um ato coletivo e aprender é um ato individual e intransferível. Com isso queremos dizer que não se pode exigir que todos aprendam dado conhecimento, igualmente, e pelos mesmos caminhos. As respostas de uma turma de alunos refletem esses caminhos do saber que são singulares, próprios de cada um de nós e, portanto, devem ser reconhecidos e valorizados nas suas diferenças.

10 - Verdadeiro

Porque ensinar é disponibilizar o conhecimento da melhor maneira possível, para que os alunos aprendam e tenham garantido o seu “lugar de saber” na escola, conquistado com esforço próprio, interesse e desejo de conhecer cada vez mais!

Resultados

De 7 a 10 pontos: **Primeira chamada**

Parabéns! Você, certamente, procura estar em dia com seus conhecimentos educacionais e é um(a) profissional que se empenha no sentido de colocar em prática o que aprende de novo, vencendo os desafios escolares, entre os quais a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns. Continue assim e contagie os(as) colegas com seu sucesso!

De 4 a 6 pontos: **Lista de espera**

Procure dedicar-se mais a esse estudo, lendo, pesquisando, participando de encontros de professores, fóruns de educação inclusiva, conselhos de pessoas com deficiência de sua cidade, etc. Você não deve ficar à margem do que está acontecendo de novo na educação, pois pode perder o trem do futuro. Não fique mais nessa lista, pois nem sempre estará garantido o seu lugar na escola inclusiva.

Menos de 4 ponto: **Reprovação !!!!!**

Procure ler mais, informar-se sobre os direitos das pessoas com deficiência à educação inclusiva. O(A) professor(a) tem obrigação de conhecer o assunto.

Para não criar constrangimentos no grupo, sugerimos que cada pessoa descubra seu próprio *score* e não o torne público. A discussão pode centrar na relação das possíveis respostas existentes no teste e seus significados. O debate deve caminhar, depois, para a escola de cada um e como ela vem lidando com o tema da inclusão.

Como etapa final desse item da pauta do Fórum, sugerimos que o grupo proponha um projeto, bem como defina seu desenvolvimento, envolvendo a escola e a comunidade, de forma a sistematizar a situação de inclusão na escola, buscando caminhos para a superação das dificuldades.

Se for o caso, o teste pode ser aplicado para todos os docentes da escola e para alguns estudantes e membros da comunidade, com vista à identificação do nível coletivo de conscientização do problema e seus reflexos.



△ Nas salas de aula:

Para o trabalho em sala de aula, com aquelas turmas participantes do *Programa Ética e Cidadania*, sugerimos o desenvolvimento de projetos propositivos que busquem alternativas concretas sobre como lidar com a presença de pessoas deficientes em sala de aula, em vez de apontar as dificuldades para sua entrada e permanência na escola.

Dessa maneira, por meio de estudos e reflexões do grupo, cada turma deve apontar em um relatório como pensa que deveria funcionar sua sala de aula se houvesse o convívio cotidiano com cada uma das nove situações apresentadas no teste de poder de inclusão de Mantoan.

Tais documentos podem ser levados à próxima reunião do Fórum para se buscar propostas objetivas que dêem apoio ao movimento de inclusão na escola e na comunidade. Se for possível, o material pode ser entregue a um(a) especialista no campo da inclusão escolar, que o analisará por meio de uma palestra na escola.

Inclusão Social

Descaso social

Inclusão e
exclusão social

Obtido gratuitamente no Portal www.portacurtas.com.br, ou no www.eticaecidadania.org.br, o vídeo faz uma crítica social ao descaso com que são tratadas as nossas crianças.

Esse é o foco do curta-metragem *Ratos de Rua*, que sugerimos para trabalhar este módulo do Programa *Ética e Cidadania*.

A seguir, as informações técnicas do referido vídeo:

Ratos de Rua

Gênero: Animação

Diretor: Rafael de Paula Rodrigues

Ano: 2003

Duração: 5 min

Cor: Colorido

País: Brasil.

Ficha Técnica

Fotografia: Rodrigo Schmidt. **Roteiro:** Rafael Rodrigues, Meton Joffily. **Direção de Arte:** Meton Joffily. **Animação:** Meton Joffily. **Direção de produção:** Rafael de Paula Rodrigues. **Produção Executiva:** Rafael de Paula Rodrigues. **Montagem:** Rafael de Paula Rodrigues, **Escola Produtora:** Verdesign Comunicação Ltda.

Prêmios

Prêmio Animamundi Itinerante no Anima Mundi 2003

Melhor Animação em Vídeo no FAM - Florianópolis 2004

Melhor Animação no Festival Imagem em 5 minutos 2003

1º lugar no Animarte (PUC-RJ) 2003.

Endereço eletrônico onde o filme pode ser encontrado

<http://www.portacurtas.com.br/Filme.asp?Cod=1898>

<http://www.mec.gov.br/seb>



Sugestões de estratégias de trabalho

O vídeo *Ratos de rua* deve provocar fortes emoções nos alunos e nas alunas, pelo retrato que mostra das desigualdades sociais da sociedade brasileira e por remeter as pessoas à cenas que geralmente tentam apagar da memória cotidiana: a fome, o abandono, a violência e o descaso em que vivem milhares de crianças.

Retomando a proposta de técnicas como a dos enfoques socioafetivos, após passar o vídeo, o(a)s professor(a) pode(m) promover o desenvolvimento da sensibilidade para com situações éticamente relevantes. Para iniciar, pode trabalhar os sentimentos e emoções provocadas pelo filme, pedindo aos estudantes que relatem, livremente, o que sentiram ao assistir a *Ratos de Rua*.

O próximo passo é a promoção de reflexões sobre as causas do abandono da infância, relacionando-as ao tema da exclusão social. Esse momento pode ser concluído pedindo aos alunos e às alunas para, em grupo, criarem uma poesia ou outro tipo de produção cultural que for de interesse docente naquele momento (como uma dissertação, música, painel, vídeo), que represente os sentimentos aflorados pelo vídeo e pelas discussões.

Essa aula pode servir como ponto de partida para a organização de um projeto, exclusivo da classe ou envolvendo outras turmas da escola, que ajude a mapear os pontos do bairro provocadores de exclusão social. Uma técnica bastante utilizada por professores(as) de geografia, a proposta é pedir aos estudantes que construam um mapa do bairro, localizando o trajeto que fazem de sua casa até a escola. Outros itinerários cotidianos, como aqueles que freqüentam durante o fim de semana também podem ser solicitados.

Construídos os mapas, em papel ou maquete, pede-se aos estudantes que apontem os espaços provocadores dos diferentes tipos de exclusão e violência no bairro. Nessa atividade, que deve ser justificada oralmente ou por escrito, podem aparecer problemas de acessibilidade, de falta de espaços de lazer, favelas onde vivem pessoas excluídas de condições dignas de vida, indústrias ou comércio que demitiram moradores ou discriminam as pessoas com deficiência, e até mesmo pontos de venda de drogas. As situações podem ser as mais variadas e, até mesmo, inusitadas, e todas devem ser respeitadas e alvo de reflexões.

Enfim, com essa atividade tem-se a matéria prima para uma série de discussões em sala de aula que sensibilizem os estudantes para perceberem como as situações produtoras de exclusão social estão presente no seu entorno, ao redor de suas casas e bairro.

Inclusão Social

O mundo de Cris e o tratamento da epilepsia

Inclusão e
exclusão social

A epilepsia é a condição neurológica crônica mais comum em todo o mundo e afeta todas as idades, raças e classes sociais. Impõe, aos(as) seus(suas) portadores(as), um peso grande nas áreas psicológica, física, social e econômica, revelando dificuldades não só individuais, mas também familiares, escolares e sociais, especialmente devido ao desconhecimento, crenças, medo e estigma.

Difícilmente um(a) professor(a), com alguns anos de profissão, não experienciou na escola cenas de crises epiléticas. Embora atualmente exista maior consciência por parte da comunidade sobre a epilepsia, suas causas, as formas de tratamento e as conseqüências para o(a)s portadores(as) desse tipo de enfermidade continuam devastadoras para suas vidas pessoal e social. Principalmente no caso de crianças.

A pessoa que tem epilepsia, além de sofrer com os problemas neurológicos causados pela doença, pode ter de enfrentar, no decorrer de sua vida, um obstáculo difícil de transpor: o de ser socialmente estigmatizada. As eventuais convulsões ou crises de um(a) epilético(a), geralmente, assustam quem as assiste quando elas acontecem em um ambiente social como a escola, por exemplo. E para a criança com epilepsia, sofrer o estigma chega a ser pior que a própria doença.

A estigmatização a que são submetidos(as) epiléticos (as) e até mesmo o preconceito que sofrem costumam marcar profundamente suas vidas. Portadores de epilepsia sofrem com o estigma, o preconceito, a vergonha e o medo do desconhecido.

A epilepsia é uma doença cerebral caracterizada por convulsões, que vão desde as quase imperceptíveis até aquelas graves e freqüentes. A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 50 milhões de pessoas no mundo sejam portadoras de epilepsia, sendo que destas, 40 milhões estão em países subdesenvolvidos. Apesar desse cenário alarmante, a organização afirma que 70% dos novos casos diagnosticados podem ser tratados com sucesso, desde que a medicação seja usada de forma correta.

Os tipos de epilepsia mais freqüentes nos países do Terceiro Mundo são aqueles relacionados às condições precárias de higiene, falta de saneamento básico, atendimento médico

insuficiente e de baixa qualidade e problemas nutricionais. A alta incidência, sobretudo nas áreas rurais, de portadores de epilepsia causada por neurocisticercose é uma fato que denuncia a baixa qualidade de vida da população dos países em desenvolvimento.

No Brasil, é estimado que existam três milhões de pessoas com epilepsia, sendo que a esse número somam-se 300 novos casos por dia. Aproximadamente 50% dos casos de epilepsia têm início na infância ou adolescência. Provavelmente, a maioria dessas pessoas carrega o “status de epilético”, mas muitos ainda não sabem que o tratamento existe e é eficaz, podendo controlar 80% dos casos. Entretanto, em países como o Brasil, o tratamento dado a uma parcela significativa da população não é adequado, devido à baixa qualidade do sistema de saúde aliada ao preconceito e à estigmatização. Estes dois últimos têm como fator perpetuante o mito decorrente da falta de informação correta.

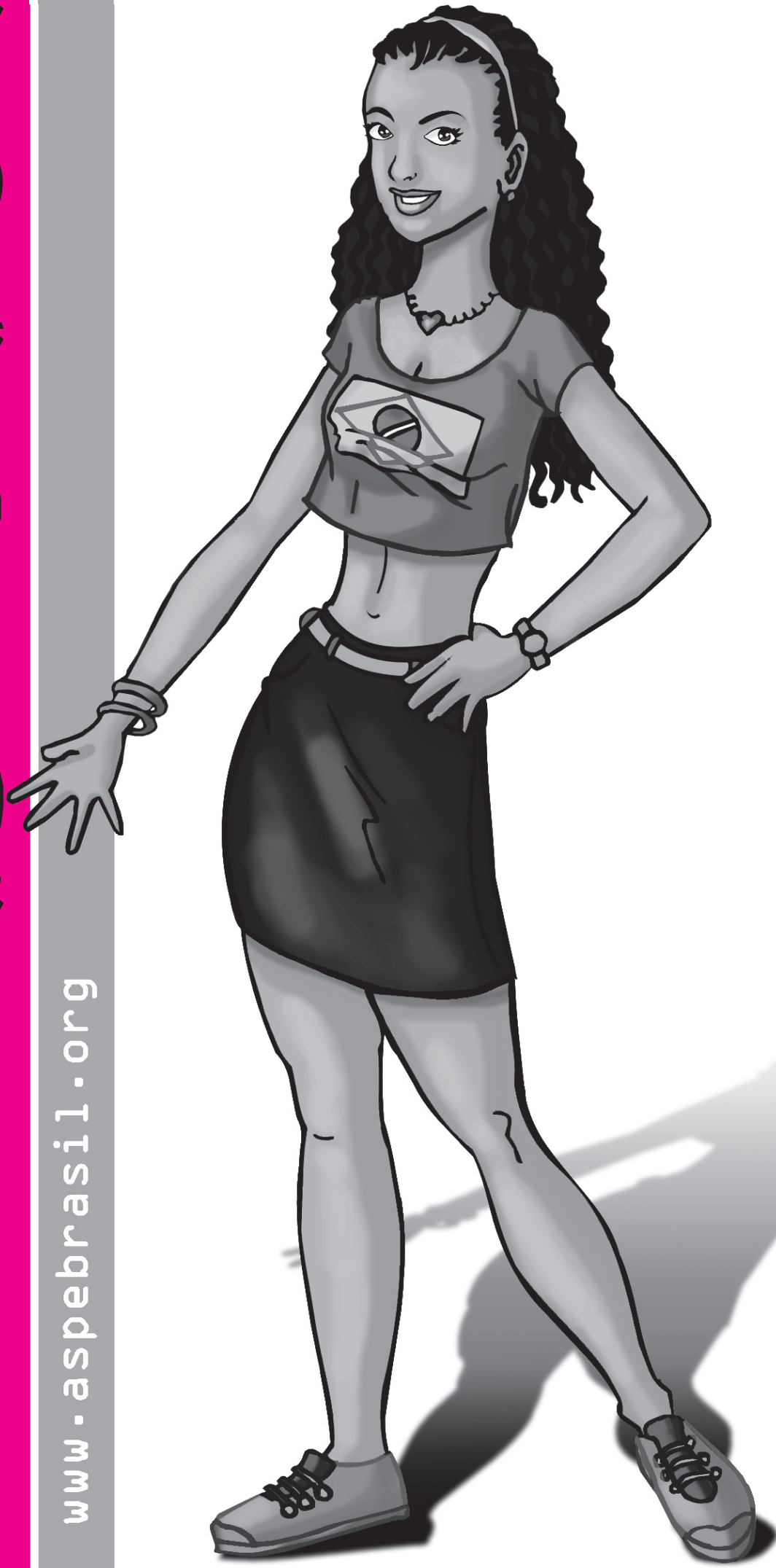
A ASPE- Assistência à Saúde de Pacientes com Epilepsia, entidade vinculada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, é a executora oficial da *Campanha Global Epilepsia Fora das Sombras*, da Organização Mundial da Saúde. Seu objetivo é promover a saúde biopsicossocial e melhorar a qualidade de vida das pessoas com epilepsia e de suas famílias. Em seu portal (<http://www.websegura.com.br/aspebrasil/main.asp>), podem ser encontradas informações sobre a epilepsia, seu tratamento e projetos nas áreas de educação, ciência e artes. Um desses projetos é *O mundo de Cris*.

Projeto: O mundo de Cris

O mundo de Cris é uma história em quadrinhos que relata a vida de uma adolescente de 16 anos que tem epilepsia recém-diagnosticada. Esse acontecimento influencia não só a adolescente, mas também sua família, seus amigos e suas amigas, suas relações sociais e suas atividades diárias. Nos quadrinhos que serão apresentados a seguir, serão abordados os seguintes temas: epilepsia, dificuldades psicossociais, arte, crenças, saúde, escola, esportes, adolescência, família, relacionamentos sociais, entre outros.

CRIS CORNER

www.aspebrasil.org





VAMOS COMBINAR DE SAIR HOJE À NOITE? MEU PAI ME LIBEROU ATÉ 2:30 DA MANHÃ!



COM CERTEZA! VOU FALAR COM O PESSOAL E A GENTE SE FALA MAIS TARDE!

OBA! O PEDRO TAMBÉM VAI... TÁ TUDO CERTO!



CRIS: Galera, esperem na fila!! CAROL: O RG, lembram, neh???) BETO: Biz! =) CRIS: Ok! T+ PEDRO: Inter! ^ ^



A NOITE, NA BALADA...



AFASTA, AFASTA! É PERIGOSO, PODE SER CONTAGIOSO!

VAMOS LEVAR PRO HOSPITAL!

CUIDADO PARA ELA NÃO ENGOLIR A LINGUA!



"- E AÍ, VOCÊ VAI CONTO PARA SEUS PAIS?
- NÃO... É MELHOR ISSO FICAR SÓ ENTRE A GENTE. VOCÊ PROMETE NÃO CONTO ISSO PARA NINGUÉM?!"





NO OUTRO DIA...

VOCÊ NÃO SABE O QUE ACONTECEU COM A GENTE? A CRIS TEVE 2 CRISES...

COMO ASSIM CRISE? EXPLIQUE MELHOR!

FILHO, VOCÊ QUE TÁ ESTUDANDO ESSAS COISAS, AJUDE A GENTE...

MÃE, ANTES DE FALAR QUALQUER COISA, PORQUE VOCÊS NÃO LEVAM NO NOSSO PEDIATRA?

VOU PEDIR PRIMEIRO UM EXAME DE ROTINA

BOA IDÉIA! ENQUANTO ISSO VOCÊ PESQUISA AÍ... O MÉDICO FALOU "CRISE EPILEPTICA"

NA CONSULTA AO PEDIATRA

PODE DEIXAR. UM BEIJO MÃE!

ENTÃO, FOI ISSO QUE ACONTECEU

O ELETRO TÁ NORMAL, MAS ACHO MELHOR ENCAMINHAR PARA UM NEUROLOGISTA PARA UMA AVALIAÇÃO MAIS DETALHADA.





O QUE SERÁ QUE EU TENHO?

NÃO FUME

##@!
FALARAM QUE SÓ IA DEMORAR 15 MINUTOS!

TOMARA QUE NÃO SEJA NADA...



CRISTINA BONFIM DO NASCIMENTO!



O QUE ESTÁ ACONTECENDO?

... AÍ ELA FICOU ROXA, ENROLOU A LÍNGUA E FICOU SE BATENDO



CRISTINA, NESSAS 3 CRISES QUE VOCÊ TEVE, VOCÊ SENTIU ALGUMA COISA DIFERENTE ANTES DA CRISE?

NÃO SEI... ACHO QUE NÃO...

E DEPOIS DA CRISE?



AI DOUTOR, EU ACHEI QUE ELA ESTAVA MORRENDO...

ELA FICOU MEIO ABOBADA, DAÍ DORMIU...

CALMA! O QUE SUA FILHA TEVE FORAM CONVULSÕES E ELA TEM EPILEPSIA.

VOU PEDIR UNS EXAMES SÓ PARA COMPLEMENTAR O DIAGNÓSTICO.

VOCÊ VAI TOMAR 1 COMPRIMIDO DESTE REMÉDIO...

...À NOITE, ANTES DE DORMIR...

...E DEPOIS AUMENTAREMOS A DOSE SE FOR PRECISO.



AS CAUSAS DA EPILEPSIA SÃO VARIADAS:

BEBIDAS...
DROGAS,
MÁ-FORMAÇÃO
CEREBRAL, TRAUMATISMO
CRANIANO

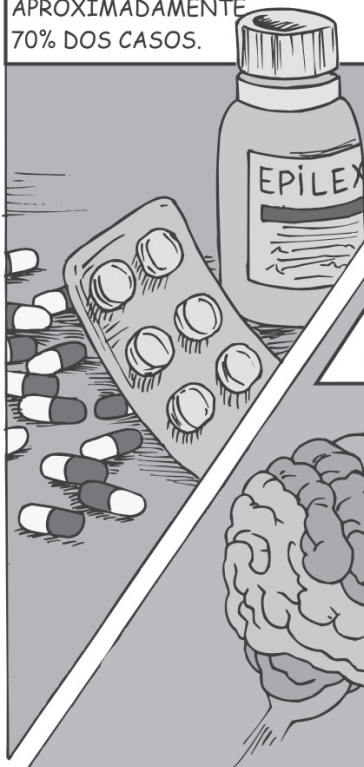


O QUE FAZER DURANTE UMA CRISE EPILÉTICA:

- .TIRAR OBJETOS PONTIAGUDOS
- .NÃO RESTRINGIR MOVIMENTOS
- .VIRAR A PESSOA DE LADO
- .NÃO PUXAR A LÍNGUA
- .NÃO COLOCAR NADA NA BOCA



O TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DA EPILEPSIA PODE CONTROLAR APROXIMADAMENTE 70% DOS CASOS.



AS CRISES SÃO ALTERAÇÕES TRANSITÓRIAS DAS CÉLULAS CEREBRAIS.



SERÁ QUE MINHA IRMÃ VAI CONSEGUIR TRABALHAR?

OS ESCRAVOS COM EPILEPSIA PODIAM SER DEVOLVIDOS



D. PEDRO E MACHADO DE ASSIS TINHAM EPILEPSIA TAMBÉM



CRISTINA, NÃO PRECISA TER MEDO. ESSE EXAME É RÁPIDO, NÃO DÓI, NÃO DÁ CHOQUE E NÃO CAI O CABELO.



ABRA OS OLHOS...



FECHE OS OLHOS... RESPIRE RÁPIDO...



PRONTO, É SÓ ISSO!
O RESULTADO SAI NA PRÓXIMA SEMANA



CRISTINA, VOCÊ TEM ALGUM METAL NO CORPO?

NÃO

FEZ ALGUMA CIRURGIA?

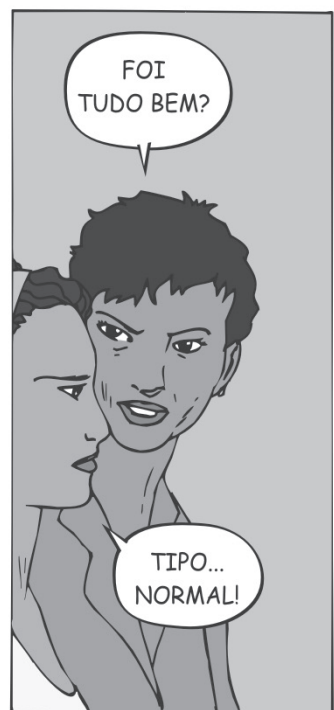
ENTÃO TIRA BRINCOS COLAR, ANEL...



COLOCA ESSE PROTETOR DE OUVIDO. PARA ABAFAR O BARULHO

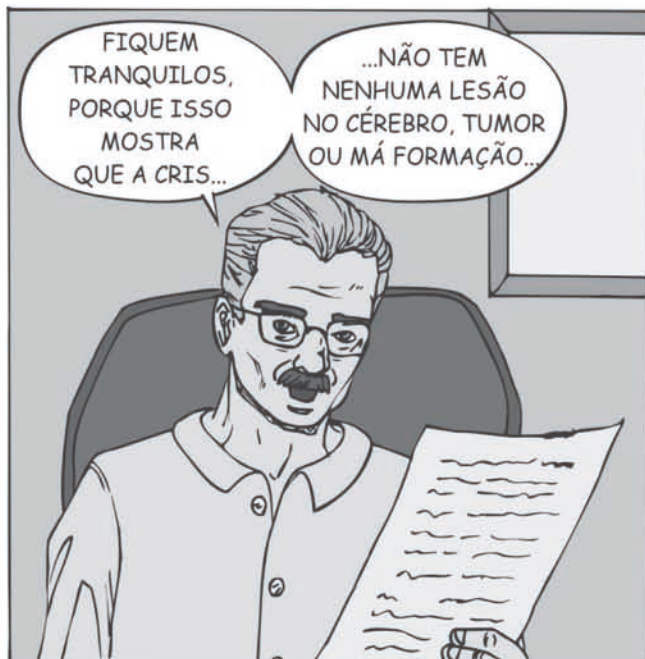


E QUALQUER PROBLEMA VOCÊ APERTA O BOTÃO QUE A GENTE PÁRA O EXAME.



FOI TUDO BEM?

TIPO... NORMAL!



ISBN 978-859817173-9



9 788598 171739

Secretaria Especial dos Direitos Humanos | Ministério da Educação

